

Ives Teixeira Souza

Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG
E-mail: ives@ufmg.br

Nísio Teixeira

Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG
E-mail: nisiotei@ufmg.br



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Fragmentos da "modernidade desconfiada" nas relações políticas do futebol e da imprensa na BH dos anos de 1920 a 1940

*Fragments of "distrustful modernity" in the
political relations of soccer and the press in Belo
Horizonte from the 1920s to the 1940s*

*Fragmentos de la "modernidad desconfiada" en
las relaciones políticas del fútbol y la prensa en
Belo Horizonte entre las décadas de 1920 y 1940*

Teixeira Souza, I., & Teixeira, N. Fragmentos da "modernidade
desconfiada" nas relações políticas do futebol e da imprensa na BH dos
anos de 1920 a 1940. *Revista Eco-Pós*, 28(3), 345–370.
<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i3.28569>

RESUMO

O artigo apresenta indícios de textualidades das modernidades presentes no futebol e na imprensa da capital mineira nos anos de 1920 a 1940. Discute-se sobre características que aproximam os espaços físicos destinados à prática do futebol na cidade com o modo como a imprensa e o seu discurso sobre o fazer jornalístico atuaram. Ao considerar os apontamentos de Benjamin sobre modernidade, este artigo argumenta, pelos fragmentos textuais em seus contextos enredados, por caracterização de uma *modernidade desconfiada* de Belo Horizonte (Minas Gerais).

PALAVRAS-CHAVE: *Belo Horizonte; Modernidade desconfiada; Imprensa; Futebol.*

ABSTRACT

The article presents evidence of the textualities of modernity present in soccer and in the press in the capital of Minas Gerais between 1920 and 1940. It discusses the characteristics that link the physical spaces used to play soccer in the city with the way the press acted and its discourse on journalism acted. By considering Benjamin's notes on modernity, this article argues, through the textual fragments in their entangled contexts, the characterization of a "distrustful modernity" in Belo Horizonte.

KEYWORDS: *Belo Horizonte; Distrustful modernity; Press; Football; Politics.*

RESUMEN

El artículo presenta evidencias de las textualidades de la modernidad presentes en el fútbol y en la prensa de la capital de Minas Gerais entre 1920 y 1940. Discute las características que unen los espacios físicos utilizados para jugar al fútbol en la ciudad con la forma de actuar de la prensa y su discurso sobre el periodismo. Al considerar las notas de Benjamin sobre la modernidad, este artículo argumenta, a través de los fragmentos textuales en sus contextos enmarañados, la caracterización de una *modernidad desconfiada* en Belo Horizonte.

PALABRAS CLAVE: *Belo Horizonte; modernidade desconfiada; prensa; fútbol.*

Submetido em 15 de julho de 2025.

Aceito em 29 de outubro de 2025.

Introdução

A Modernidade, enquanto tempo histórico, tem o seu sentir inerente, um modo próprio de ser e de estar no mundo. E que, para Walter Benjamin (1892–1940), está associada ao empobrecimento da experiência do sujeito, dada por diversas formas. Se antes o saber era voltado ao coletivo, pelas contações de narrativas míticas — portanto, o ouvir e o falar sobre o mundo — com a modernidade e o declínio dessas narrações foi-se perdendo a sabedoria compartilhada, as memórias que fazem das experiências únicas dos sujeitos uma potência de ação.

A antiga coordenação da alma, do olhar e da mão, que transparece nas palavras de Valéry, é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada. Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria — a vida humana — não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência — a sua e a dos outros — transformando-a em um produto sólido, útil e único? (Benjamin, 1994, p. 221).

Para o autor, as grandes narrativas míticas substituídas pelo jornalismo eram mais uma das características da modernidade capaz de reduzir a experiência do indivíduo diante de uma prática automatizada do fazer profissional da prática jornalística. Benjamin (1994) identificou esse espírito de tempo pelos fragmentos. Sob essa modernidade capitalista, a experiência é dada menos pelo sensorial e mais pelo escrito pelo jornalista, capaz de fazer repercutir seu trabalho também pelo impresso. Afinal, para Benjamin, “a base social da flânerie é o jornalismo” (Benjamin, 2009, p. 490):

O jornalista comporta-se como *um flâneur*, como se ele fosse consciente disso. O tempo de trabalho socialmente necessário à produção de sua força de trabalho específica é, de fato, relativamente elevado; mas, ao cuidar de fazer com que suas horas de ócio no boulevard apareçam como parte desse tempo, ele o multiplica, aumentando assim o valor de seu próprio trabalho. A seus olhos e muitas vezes também aos olhos de seus patrões, este valor adquire qualquer coisa de fantástico (Benjamin, 2009, p. 490).

Aqui também partimos dos fragmentos, pelo transitar e pelo tramar das experiências dos sujeitos de imprensa de Belo Horizonte (BH), para indiciar sobre uma espécie de *modernidade desconfiada* de uma cidade que já nasce desconsiderando e sobrepujando seu

antigo Curral d'el Rei (Pereira, 2019). O tempo passa a ser um motor dessa modernidade, ou dessas modernidades que constituem e entrelaçam modos de vida em uma cidade que apagou o que constituía anteriormente aquele território. A própria arquitetura das cidades dispunha dessa possibilidade de guardar vestígios que mostravam os sinais, as passagens do tempo; incluem também as pistas e os fragmentos deixados pelas textualidades de *flâneries* jornalísticas pelos sujeitos da imprensa belorizontina sobre os antigos espaços para a prática do futebol na cidade.

É por isso que neste artigo atuamos como um *flâneur* que compõe um “olhar narrativizante” (Leal, 2022, p. 48) capaz de nos conduzir pelos fragmentos textuais em busca de uma “modernidade desconfiada” de Belo Horizonte. A hipótese é que, pelos fragmentos existentes em torno da imprensa e do futebol na cidade, seja possível detectar a caracterização de uma modernidade com aspectos próprios de BH na qual o *novo* rapidamente se torna *velho* e ultrapassado em nome de uma modernidade que se apresenta ainda mais urgente e necessária. Práticas entendidas enquanto modernas, como o futebol e o jornalismo, se convergem ao ponto não só de servir como arautos desta modernidade, mas, gradativamente, como testemunhas críticas e, por fim, como exemplos de seu próprio desvanecer futuro na capital mineira.

Até porque é pelo que o Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes entende enquanto um vocábulo de formação moderna que surge o verbo confiar, originado do latim *confidere*. (Nascentes, 1966). A então nova capital do estado, erguida no final do século XIX sob planejamento *moderno*, quer romper os despojos de um passado imperial vinculado à antiga capital Ouro Preto — que antes, então como Vila Rica, havia sufocado precisamente o primeiro projeto republicano dos inconfidentes mineiros. As ações da nova capital expulsam de seu território (e, de certa forma, de sua própria história) os resquícios e personagens da vila do Curral d'el Rei — então não só uma pedra no meio do caminho entre o espaço do Sertão e a região das Minas, mas também entre um tempo passado, desordenado, imperial e outro pretensamente moderno, planejado, republicano.

Belo Horizonte — o próprio nome surge de um certo olhar para a perspectiva deste porvir, e não para o interior do próprio contorno — é território que surge, portanto, na clivagem de uma ruptura pela modernidade. Não por acaso, o que vai marcar seu processo de

implantação, desde o início, será o de uma cidade que se constrói e se autodestrói continuamente. Uma cidade, portanto, marcada (e, não obstante, talvez, seus próprios habitantes...), desde sua *fundação* pelo paradoxo entre o provinciano e o cosmopolita; o arcaico e a vanguarda — uma modernidade efêmera, ou melhor, “desconfiada” da própria urgência em afirmar-se como tal.

Do campo de macadame onde antes havia o demolido Largo de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (situado nas imediações da esquina entre as ruas Bahia e Timbiras, região central da capital mineira) até os estádios fora da Avenida Paraopeba, a prática do futebol modificou e foi alterada pela urbanização da cidade. A Avenida Paraopeba, aliás, teve seu nome modificado para Augusto de Lima em 1934, após o falecimento deste jornalista, poeta e político. Entre outras ações, Antônio Augusto de Lima (1859–1934), quando governador do estado no final do século XIX, foi precisamente um dos árdios defensores da mudança da capital. Naqueles anos, o futebol já havia se tornado o esporte mais popular da cidade. Elton Antunes (1995) explica que as páginas esportivas diárias funcionavam para cumprir o objetivo de ampliar a massa de leitores a partir do jornalismo como expressão e lugar de formação sobre o que acontecia em Belo Horizonte, aspecto “que marca o ritmo da capital, adentra a hierarquia da vida cotidiana e ganha preeminência na organização dos hábitos das pessoas” (Antunes, 1995, p. 100). Exemplo consta na crônica de Carlos Drummond de Andrade (1902–1987) publicada no *Minas Gerais* (o diário oficial do Estado) em julho de 1931:

Domingo à tarde, na forma do antigo costume, eu ia ver os bichos do Parque Municipal (cansado de lidar com gente nos outros dias da semana), quando avistei grande multidão parada na avenida Afonso Pena. Meu primeiro pensamento foi continuar no bonde; o segundo, descer e perguntar as causas da aglomeração. Desci, e soube que toda aquela gente estava acompanhando, pelo telefone, o jogo dos mineiros na capital do país. Onze mineiros batiam bola no Rio de Janeiro; dois mil mineiros escutavam, em Belo Horizonte, o eco longínquo dessa bola e experimentavam patriótica emoção (Andrade, 2014, p. 14).

Diante disso, compreendemos que o texto passa a ser entendido enquanto textualidade (Leal, 2018), partindo do ato comunicacional, em sua complexidade e não-linearidade,

encarnado em formas de experiências, não generalizáveis, diante da nossa proposta de elaboração de mundo. Por esses fragmentos de articulações possíveis entre a história e a comunicação, assimilamos o que diz Barbosa (2021) sobre ser “todo e qualquer estudo na comunicação é um estudo de natureza histórica” (Barbosa, 2021, p. 31) e por ser a história o elemento que conforma o entendimento da comunicação enquanto vínculos humanos, o homem em ação em tempo e espaço.

Quando se retoma a leitura desses textos, há de se problematizar — ou desconfiar — sobre certa narrativa histórica modernizante em torno da história da imprensa no Brasil, na qual o marco zero dessa *modernidade* está muitas vezes atrelado às reformas de jornais como o *Jornal do Brasil* ou *Diário Carioca*, que passam a adotar um modelo estadunidense de jornalismo em detrimento de uma influência mais *européia*, para não dizer francesa, como apontam Jácome e Vieira (2018):

Nesse sentido, é bastante recorrente no imaginário historiográfico nacional o que parece ser a inquestionável ideia de que o jornalismo brasileiro se moderniza, a partir da década de 1950, importando o que frequentemente é rotulado de “o modelo ‘americano’ de jornalismo” [...]. De um modelo de jornalismo europeu (sobretudo francês), que teria caracterizado a imprensa brasileira até então por seu viés literário, panfletário e político, teríamos passado a outro – industrial, impessoal, imparcial e moderno. Os contornos que envolveriam a adoção do chamado modelo ‘americano’ de jornalismo no Brasil são, quase sempre, identificados na substituição do nariz-de-cera pelo lide, na criação da figura do copidesque e na adoção de manuais de redação para consequente padronização e despersonalização da escrita, além, sobretudo, da incorporação das noções de objetividade e de factualidade como valores fundamentais no ideário moderno dos homens de imprensa. Assim sendo, quando há um consenso historiográfico no país acerca da modernização do jornalismo nacional, há também uma história que privilegia um único fluxo temporal possível, bem como um combate explícito que cria vencedores (os modernos) e os vencidos (aqueles ultrapassados que, uma vez superados, já não existem ou, pelo menos, não deveriam existir mais). (Jácome; Vieira, 2018, p. 3-4, grifo no original).

Portanto, no estudo aqui apresentado, importa tensionar esse fluxo temporal dominante (os modernos) ao verificar essa articulação em movimentos em torno da imprensa e do futebol em Belo Horizonte, não por meio de pesquisa historiográfica, mas jornalística, a qual, todavia, não despreza a dimensão temporal necessária e capaz de dar processualidade ao

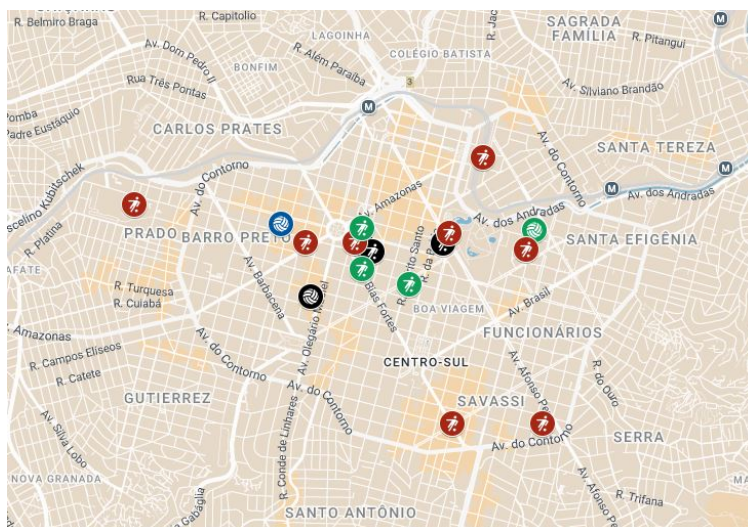
gesto comunicacional, por articulações de descontinuidades e continuidades históricas, dadas pelas pistas de uma *flânerie* benjaminiana aqui apresentada em dois movimentos. O primeiro discute o futebol em Belo Horizonte a partir de seus espaços iniciais e de suas práticas sociais. O segundo tem a pretensão de apresentar traços de modernidade que eram buscados pelos jornalistas que comandavam e trabalhavam nas redações da cidade, mas também circulavam pelos circuitos do poder. Em conjunto, eles pretendem dispor mais pistas e elementos para uma narrativa própria capaz de indiciar sobre a modernidade desconfiada de BH.

1 A modernidade pelos espaços de futebol

É possível entender o futebol em Belo Horizonte a partir de múltiplas frentes de estudo, como pelas territorialidades. Até o final dos anos 1930, as principais praças de futebol na cidade correspondiam às áreas ocupadas pela cidade dentro da Avenida do Contorno, então denominada como 17 de dezembro, como pode ser percebido na figura 1¹. A exceção foi a experiência do hipódromo do Prado Mineiro como local de prática futebolística nos anos 1910 (Souza Neto, 2017). No mapa, o ponto em azul indica o local de prática de futebol pelo Cruzeiro Esporte Clube, em verde pelo América Futebol Clube, em preto do Clube Atlético Mineiro, e em vermelho de outros clubes fundantes do futebol na cidade.

Figura 1 – Indicação dos campos e estádios de Belo Horizonte até 1930 a partir de mapa de 2017

¹ É possível conhecer com mais detalhes o território dos locais para a prática de futebol em Belo Horizonte até os anos 1930 por meio do mapa apresentado pelo projeto Campos Invisíveis. Disponível em: <http://camposinvisiveis.com/mapa.html>. Acesso em 22 out. 2025.



Fonte: Campos invisíveis (2017).

Desde o primeiro clube fundado na capital, o Sport Club, em 1904, na área do Parque Municipal, os descampados da avenida Paraopeba, próximo ao Córrego do Leitão, foram referência para o futebol na cidade (Souza, 2020). Apesar de o Sport não ter obtido a autorização para treinar no local, ainda em 1906, o espaço tornou-se referência, por ser uma área limite de ocupação, para equipes que surgiram posteriormente, como o Clube Atlético Mineiro (fundado em 1908). Com o avanço do esporte e da ocupação territorial da cidade, começam a surgir outros times mais distantes da Paraopeba. No caso do Sete de Setembro Futebol Clube (1913), as partidas aconteciam na chácara da família Negrão de Lima, no bairro Floresta (região limítrofe à Contorno) e, posteriormente, na região do bairro Santa Teresa, também na região leste da cidade.

Em pesquisa sobre o futebol de várzea em Belo Horizonte, Ribeiro (2021) destacou que, em 1953, mais de 40 anos depois do início da prática futebolística na cidade, os primeiros espaços utilizados para esse fim — nas áreas iniciais de povoamento de BH — não eram mais utilizados para tal, pois os campos continuaram a ocupar áreas suburbanas em expansão.

O mapeamento de meados do século XX indica a concentração de campos varzeanos justamente nos limites da mancha ocupada até 1935, além de áreas de expansão durante os anos 1940 e 1950. Seu posicionamento aponta uma distinção entre centro e periferia também verificada na distribuição dos espaços de jogo, os quais estavam ausentes da zona urbana original e de seu perímetro imediato, espalhando-se, de forma centrífuga, pelo que eram os bairros mais distantes do período. Vale ainda

Dossiê **Modernismos no Brasil: textualidades e travessias**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 28, n. 3, 2025

DOI: 10.29146/eco-ps.v28i3.28569

ressaltar a presença de canchas em zonas rurais, a exemplo do Barreiro, evidência de que a experiência esportiva não se condicionava à urbanização. Pode-se, ainda, pontuar o caso de bairros como o Bonfim e o Calafate, com forte tradição varzeana e que, nesse período, possuíam poucos campos de futebol (Ribeiro, 2021, p. 186).

Desde os anos 1920, portanto, o futebol deixava, gradualmente, a área próxima da Avenida do Contorno, centro-sul da cidade, para adentrar os bairros da capital. “O Sport Club Calafate (Calafate), Fluminense Sport Club e Guarany Sport Club (Lagoinha), Sete de Setembro² (Floresta) e Yale (Barro Preto) representavam o futebol nos espaços periféricos da cidade” (Souza Neto, 2010, p. 72). Nesses anos 1920, as sedes de dois tradicionais clubes da cidade com ampla torcida, o Atlético Mineiro e o América, saíram da citada avenida Paraopeba para ocuparem outras áreas da cidade diante da canalização do vale do Córrego do Leitão (Souza, 2020). Essas decisões, desdobradas por relações políticas, são ressaltadas, por exemplo, na *Enciclopédia do América: Bahia com Timbiras*, onde nasceu uma paixão, a história do América Futebol Clube de Belo Horizonte 1912-2012, escrita pelo historiador Carlos Paiva, como o fato de uma das primeiras bolas do clube ter sido doada por Bueno Brandão (1858–1931), então *presidente* do Estado, cujo filho jogava na equipe. Ainda que Lage (2020) alerte para o fato de que as referências do livro sejam passíveis de contestação documental, a *Enciclopédia* cria uma narrativa identificada pelos torcedores ao conciliar o clube e sua comunidade “como restritos e restritivos, oprimidos e contestadores” (Lage, 2020, p. 274), ainda que assumissem a condição “de elite”. E com um detalhe: o território da esquina de surgimento do novo clube de elite da sociedade da nova capital — Bahia com Timbiras — se sobrepõe ao citado e até pouco tempo esquecido Largo de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Pereira, 2019; Silva, 2024), do território do extinto Curral d’el Rei.

3 Os estádios

Quando um terreno na parte baixa da Paraopeba, no vale do córrego do Leitão, foi doado ao Atlético em 1916 pelo prefeito Cornélio Vaz de Mello (1855–1942) — local onde hoje

² O Sete de Setembro Futebol Clube é conhecido como a quarta principal equipe de futebol em Belo Horizonte. Nos últimos anos é realizado trabalho de memória sobre a agremiação, que também disputa algumas competições esportivas. Disponível em: <https://transite.fafich.ufmg.br/sete-de-setembro-o-time-que-tem-orgulho-de-ser-pequeno/>. Acesso em: 22 out. 2025.

é o centro de convenções Minascentro — e outro para o América, em 1920, pelo prefeito Affonso Vaz de Mello (1883–1940), irmão do anterior, do outro lado da via — no local onde desde 1929 é o Mercado Central da cidade — a região não era urbanizada. O primeiro empreendimento de grande porte da área foi o estádio do América em 1922, que ocupava o terreno desde 1913. Era a maior praça de esportes de Minas Gerais, até então: contava com arquibancada para mais de dois mil torcedores, quadras de tênis, vôlei e basquete, salões para recepções, salas de ginástica, bares, vestiários e uma geral para três mil torcedores. O custo para tanto, pelo orçamento, era de 40 contos de réis. Desses, seis mil réis foram subvencionados pelo Congresso Mineiro (Souza, 2020).

O Atlético não conseguiu se organizar feito o América para transformar seu campo em estádio, um novo clube da cidade, ao contrário da Sociedade Esportiva Palestra Itália (nomeado em 1942 de Cruzeiro Esporte Clube). Fundada em janeiro de 1921, no primeiro ano de aniversário do clube foi colocada a pedra fundamental no terreno no Barro Preto (numa continuação da via após a praça Raul Soares, como pode ser observado na Figura 1) onde seria erguido seu estádio para pressionar a administração municipal a concedê-lo — ação, aliás, recorrentemente utilizada por outros clubes —, o que efetivamente aconteceu poucos meses depois.

A partir da inauguração dos dois estádios, em 1923, a Paraopeba passou a vivenciar, de fato, o seu apogeu como a avenida do futebol em Belo Horizonte. O futebol na cidade tinha estrutura adequada para os torcedores e para a imprensa. Era a consolidação do espaço esportivo do futebol na cidade, do torcer, do espetáculo (Souza, 2020, p. 158).

Durante o decacampeonato de futebol da cidade conquistado pelo América entre 1916 e 1925, foi fortalecido o sentimento de pertencimento aos clubes, causando um aumento do número de torcedores, que já se organizavam em grupos. No Atlético, por exemplo, houve uma menor distinção econômica e social entre os associados para a participação das dinâmicas do clube. Souza Neto (2010) conta que começaram a aparecer os ídolos dos clubes, que anos depois levariam os nomes, entre outros, de Ninão (1905–1982) e Guará (1914–1978). A presença da imprensa esportiva também colaborava para a expansão do futebol, exemplo dado

em 1918, quando foi criada a Associação de Cronistas Desportivos, que deu origem em 1939 à atual Associação Mineira de Cronistas Esportivos (AMCE). Além de manter interlocuções com os dirigentes dos clubes e da Liga Mineira de Esportes Atlético (LMEA), a associação organizava campeonatos entre seus membros, tanto de futebol quanto de palpites, que eram publicados nos periódicos. O vencedor do maior número de acertos de placares dos jogos durante o campeonato local chegava a ganhar inclusive uma taça (Souza Neto, 2010). Outra diversão dos cronistas esportivos para popularizar o futebol e a venda de jornais, e que também mostrava o lugar da mulher ocupado no esporte, foi a criação, no ano de 1927, do concurso *Rainha dos Sports*, capitaneado pelo Correio Mineiro (Souza Neto, 2010).

Se antes o futebol despertava o interesse de uma reduzida classe de pessoas, a dos desportistas convictos, a segunda metade da década de 1920 revelava a grandiosa apropriação do universo futebolístico em Belo Horizonte, com dezenas de milhares de indivíduos ligados à rotina dos jogos e campeonatos ocorridos na cidade (Souza Neto, 2010, p. 89).

Para mostrar a paixão pelos clubes, além das discussões nos bares, como o Bar do Ponto (Chacham, 1994), as apostas em dinheiro corriam soltas pela cidade em dias dos principais jogos, como naqueles da rivalidade que se acentuava entre Atlético e Palestra, que inclusive incentivava um pouco mais alguns jogadores (Souza Neto, 2010). Essas disputas arregimentavam cerca de 20% da população da cidade. No caso da inauguração do estádio do Atlético, em 1929, aproximadamente 30% da população da capital mineira compareceu. Como mostra Souza Neto (2017), inúmeras *casas comerciais* foram fechadas no dia, sob a justificativa de os torcedores comparecerem à partida contra a equipe do Corinthians, de São Paulo.

O alcance de divertimento predileto da gente horizontina projetara o torcer para uma dimensão plural, onde a diversão, o espetáculo, o consumo e a violência catártica se reuniam para compor a estrutura do pertencimento e da paixão clubística, definitivamente instituídos no seio esportivo da cidade construída com o intuito de permitir a experiência da modernidade (Souza Neto, 2010, p. 115).

Como antecipado, os sujeitos políticos, como sugere o nome do estádio do Atlético, Antonio Carlos, estiveram diretamente ligados à transformação dos espaços desse esporte em

BH. Se, por um lado, cederam os terrenos aos clubes, também foram esses agentes que gradativamente retiraram da avenida Paraopeba o eixo de futebol da cidade. Para entender esse movimento, é preciso buscar o amplo processo de urbanização da cidade na década de 1920, dando sequência ao processo de canalização de córregos para a consequente ocupação dos vales, como era o desejo, nesse período, com o córrego do Leitão.

A área em torno da avenida Afonso Pena e da rua Bahia — na parte alta da avenida Paraopeba, no cruzamento com a rua da Bahia, onde estava localizado o Grande Hotel, principal hospedaria da cidade até os anos 1950 (atual edifício Arcângelo Maletta) — não dava mais conta da sociabilidade da cidade (por exemplo, as sedes dos periódicos): era preciso ocupar outras áreas, inclusive criar outras áreas residenciais. Era preciso otimizar a transformação da capital “do antigo povoado sertanejo, no atual centro urbano atraente e *moderno*” (Belo Horizonte, 1927, p. 50, grifo nosso), como afirmou o prefeito Christiano Machado (1893–1953). Nomeado prefeito da cidade por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (1870–1946) para fazer de Belo Horizonte um exemplo da candidatura aspirada por esse à Presidência da República, Machado, na parceria com o governador, tentou buscar soluções definitivas para os problemas da cidade (PBH, 1927), que, como conta Souza (2020), só foram finalizadas em meio ao acirramento do processo da Aliança Liberal.

Para ampliar a ocupação do vale do Leitão, a alternativa foi transferir o mercado municipal, situado no início da avenida Afonso Pena, na praça Rio Branco, para onde estava localizado o estádio do América — como dito, desde então, o local é a sede do Mercado Central da cidade. Na gestão anterior, do prefeito Flávio dos Santos, entre 1922 e 1926, houve a decisão para que o terreno em frente (atual Centro de Convenções Israel Pinheiro da Silva, o Minascentro), ocupado pelo campo do Atlético Mineiro, fosse a nova sede do Ginásio Mineiro. No caso deste terreno, após ampla discussão quando da concessão do espaço, ficou determinado que, em razão de desapropriação do terreno para utilidade pública, como era o caso, o clube deveria ser indenizado no valor daquilo que construíram no local. De maneira oposta, isso não ficou explícito na lei que concedeu o espaço ao América, que informava ser o terreno inalienável e que, em caso de dissolução do clube, os terrenos e as benfeitorias seriam revertidos para a Prefeitura.

Assim sendo, as tratativas com o Atlético não foram prolongadas. A prefeitura concederia o novo terreno em região mais ao sul, que também passava por terraplanagem (PBH, 1926), e arcaria com os custos da terraplanagem do novo campo. Em janeiro de 1926, o clube oficializou a proposta municipal e recebeu o quarteirão 13, da 9ª seção urbana (atualmente localizado entre as ruas Gonçalves Dias, Rio Grande do Sul, Bernardo Guimarães e Olegário Maciel), no atual bairro Santo Agostinho, sem outras ocupações ao redor, já que a região, localizada na 12ª seção urbana, era reservada para a criação da Cidade Universitária (Souza, 2020, p. 164).

Porém, a terraplanagem das ruas próximas e do estádio só foi finalizada em 1928. Para dar fim à agonia do clube — cuja torcida via o estádio do rival América ganhar forma — a proposta de Antonio Carlos foi o governo estadual auxiliar na execução das obras e a prefeitura pagar pelo clube um valor de indenização pela saída do campo da Avenida Paraopeba, apesar do antigo local não contar com melhorias significativas que valessem outra indenização. Diante da discussão sobre o impasse de como seria a desapropriação do estádio do América, esse sim configurado como a principal praça de esportes da cidade, ficou decidido durante os governos de Christiano Machado e de Antonio Carlos a necessidade de reconstruir a praça esportiva. O local escolhido foi em um terreno situado anteriormente no Parque Municipal, com a entrada pela recém-terraplanada avenida Araguaia, atual Francisco Sales, que também estava em um amplo processo de urbanização, com canalização do Arrudas e a abertura da avenida dos Andradas: “Ao final da década de 1920, a nova alameda tinha de um lado o novo estádio do América, o ‘Estádio da Alameda’, e do outro o Instituto do Radium, atualmente localizado dentro do campus Saúde da UFMG” (Souza, 2020, p. 165). Realizado pela prefeitura como indenização ao América, o novo estádio contava com três grandes arquibancadas de cimento armado, com capacidade para mais de 10 mil torcedores, que, em volta de muita poeira, foi inaugurado, com a presença de toda a oficialidade, em setembro de 1928, em um clássico entre América e Atlético. Porém, algumas obras foram finalizadas somente no ano seguinte, conforme conta Souza (2020), como as quadras de basquete e tênis e os serviços hidráulicos.

Por fim, além dos estádios, vale ressaltar que outro espaço para a prática esportiva foi construído na Belo Horizonte dos anos 1930: o Minas Tênis Clube. Como conta Schuffner (2007), a prefeitura, na primeira gestão de Otacílio Negrão de Lima (1897–1960), deu segmento ao proposto pelos ideais de Francisco Campos, como o esporte enquanto caminho

para a preparação da elite brasileira. A área era reservada, desde o século anterior, no planejamento da capital, para a exibição de animais no zoológico (típica representação da modernidade civilizatória urbana do século XIX). Mas foi então substituída pela criação de uma praça esportiva na rua da Bahia, próximo ao símbolo máximo do poder mineiro, o Palácio da Liberdade. Com obras em andamento de um parque esportivo, com piscina pública no local, foi criado o clube em 1935. Após a efetivação dos associados, o espaço foi cedido pela municipalidade com todas as benfeitorias realizadas, com o uso de comodato por tempo indeterminado.

Em 1937, o parque esportivo foi inaugurado com a presença não só do prefeito Otacílio, mas do governador Valadares, ambos fundadores do clube, juntamente com outros nomes, entre os quais o construtor José Mendes Júnior. Enquanto na presidência do clube estava Ernesto Dorneles (1897–1964) — chefe da polícia mineira e primo de Getúlio Vargas (1882–1954), indicado por Benedito Valadares (1892–1973) para comandar o Minas e que saiu de BH para ser interventor federal no Rio Grande do Sul —, houve a rescisão do acordo anterior e a incorporação do patrimônio público ao clube privado. A inauguração da sede social, em 1940, contou, inclusive, com a visita de Getúlio Vargas pela segunda vez ao clube, que tratou o Minas Tênis Clube como uma escola capaz de aperfeiçoar o caráter da juventude nacional — modelo proposto para diversas outras cidades do país e de Minas (Rodrigues *et al.*, 2013), tendo o clube belorizontino de referência.

Fato é que essas relações políticas sobre o uso do espaço da cidade para a prática esportiva dizem sobre a *modernidade desconfiada* que aqui propomos — ao longo do tempo, os espaços esportivos da cidade parecem sempre ser insuficientes para o discurso de modernidade exigido a eles, justificando assim a manutenção das articulações políticas necessárias para o futuro desejado desses espaços. A seguir, continuamos com nosso *olhar narrativizante* pelos percursos do jornalismo e de seus sujeitos de imprensa para exemplificar ainda mais essa busca pelo registro da modernidade desconfiada de BH.

4 A modernidade pelos sujeitos da imprensa

Essas múltiplas obras públicas, com refigurações espaciais na cidade, provavelmente contribuíram, como aponta Antunes (1995), para o desejo de modificação do jornalismo praticado em Belo Horizonte nos anos 1930 para além dos textos oficiais. Uma proposta de jornalismo menos dependente politicamente, que também pudesse dar conta dos problemas que emergiram com essas realizações públicas — como desapropriações de terrenos ocupados irregularmente e a popularização do futebol como o principal espaço de divertimento da cidade, com ampla arquibancada para a torcida no então Estádio Alameda.

Nas relações políticas que envolviam os clubes esportivos e a imprensa, cada vez mais havia um entrelaçamento entre sujeitos e ações em prol dos que os envolvidos consideravam como uma modernidade necessária ao estado e à capital. Diante de uma população mineira que migrava para o interior paulista e fluminense devido a uma agricultura que encontrava-se estagnada nos anos 1920, ganhava relevância o urbano-industrial, a cidade do progresso, a Belo Horizonte cunhada para cumprir o seu ideal de modernidade à mineira. Para continuarem capazes de organizar politicamente o comando de Minas e, conseqüentemente, do Brasil, futebol e imprensa convergiam como agentes essenciais para a construção dessa narrativa.

Em 5 de setembro de 1933, quando Olegário Maciel (1855–1933) faleceu no interior do Palácio da Liberdade, aos 77 anos, um novo interventor mineiro precisava ser escolhido pelo poder central, no Rio de Janeiro. A ala jovem das famílias governamentais (Horta, 1956) pedia passagem. Dois nomes ganharam força nos bastidores do Partido Progressista de Minas Gerais (PP): o do interventor interino Gustavo Capanema, de 33 anos, e de Virgílio Alvim de Melo Franco (1897–1948), de 36, filho do Ministro Melo Franco (1870–1943). Por serem considerados articuladores políticos bem-sucedidos nas correntes internas da política mineira pelo comando de Vargas, a escolha de um poderia desagradar a do outro e assim a solução encontrada após mais de três meses foi por um nome menos conhecido, que pudesse criar outras articulações políticas. O escolhido foi o jornalista e também deputado federal, de 40 anos, com base política em Pará de Minas, Benedito Valadares Ribeiro, “um delegado do governo federal, não um representante das forças políticas mineiras no Palácio da Liberdade. E era precisamente essa a intenção de Vargas” (Almg, 1989, p. 115).

Em 1935, o governo Benedito Valadares faz a indicação de Otacílio Negrão de Lima para a chefia da prefeitura. No mesmo ano, o então secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do governo Valadares, Israel Pinheiro (1896–1973), idealizou uma estação de rádio que ligaria os municípios mineiros, o Brasil e a América do Sul pelas ondas sonoras. Pouco mais de um ano depois, era inaugurada, na Feira Permanente de Amostras, na capital mineira, em 3 de setembro de 1936, a rádio Inconfidência — nome que remetia diretamente ao movimento político de conjuração acontecido em Minas no século XVIII, mas que, naquele momento, significava a representação da modernidade tão pretendida a Minas e ao Brasil republicanos. Os programas apresentados tinham como objetivo a criação de um ideal do que deveria ser o homem brasileiro “ressignificado pelo trabalho, pela saúde do corpo e regeneração da raça e por conceitos estéticos e civilizatórios presentes na música erudita” (Cota, 2016, p. 186).

Tal aceção vai de encontro à formação social da elite mineira dos anos 1930, quando a formação técnica especializada era ofertada presencialmente na capital do Estado. É desse período a realização do longo processo de criação da primeira universidade da cidade, a Universidade de Minas Gerais, em 1927. Era pela razão pragmática da busca pelo progresso que a elite política mineira tomou tal decisão, afinal, a intelectualidade de BH reunia-se desde os tempos da transferência, em 1898, da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (FLDMG) de Ouro Preto para a então Cidade de Minas. Nos anos 1920, quando a modernidade belorizontina recebeu a visita dos modernistas paulistas em 1924, foram desenvolvidos dois projetos de ampla desenvoltura em prol da modernidade: “o da Universidade e o da preservação do patrimônio artístico, arquitetônico, cultural suscitado pela redescoberta da arte barroca” (Dias, 1997, p. 27). A capital mineira, dessa maneira, manteria sua sociabilidade composta, entre tantos outros, pelos universitários e colegiais. Esses no Ginásio Mineiro, ao saírem das cidades do interior para complementarem seus estudos e depois dominarem a máquina burocrática sediada na cidade. No caso das mulheres, muitas delas professoras primárias que especializaram seus estudos sobre pedagogia na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento (sede do antigo estádio do Atlético na Paraopeba).

Como nos lembra Bomeny (2005), cabia à capital ser o centro intelectual de Minas, o que pôde ser percebido pelas transferências das antigas escolas sob comando do Estado para a cidade. A reforma educacional feita em 1907 no governo estadual de João Pinheiro (1860–1908), pai de Israel, entendia a educação não apenas alinhada ao diploma universitário, mas a um ensino primário universal que consistia na oportunidade de preparação de mão de obra voltada para o trabalho, principalmente o agrícola — com a criação das escolas especializadas — mas também envolvia a cidade urbana. Em um país escravocrata, seria a educação que mostraria ao homem seu *métier*, sua identidade, seu modo de agir e ser no mundo, com qualificação técnica para ser um homem do campo ou instalado na urbanidade como a pretendida para Belo Horizonte. Eram as contradições de uma suposta escolha educacional que se manteria a partir do final dos anos 1920 com os contornos burocráticos e centralizadores do comando de Capanema tanto no governo de Antônio Carlos quanto no federal de Vargas: “Aos pobres um ensino técnico de feição profissionalizante e aos aquinhoados uma educação geral, degrau para ascensão ao ensino superior e, portanto, às melhores oportunidades no mercado de profissões” (Bonemy, 2005, p. 159).

Se houve expansão dessa elite burocrática, chamada hoje de classe média/alta, havia outra classe numerosa que ganhava espaço nessa sociedade urbano-industrial que se formava em BH: a massa trabalhadora operária, que com a legislação federal formou sindicatos para buscar a dignidade nas relações entre empregado e empregador. Porém, “não obstante o aparecimento dessas forças sociais novas, o sistema político estadual refletia, após 1930, mais os elementos de continuidade com a estrutura tradicional do que os fatores de mudança” (Almg, 1989, p. 108). O poder central sob controle do interventor federal Getúlio Vargas era algo inédito para a elite republicana política mineira: a perda do poder decisório sobre o estado, exemplificado pelo caso, já apresentado, do Minas Tênis Clube. Como lembra Schuffner (2007), cumpria, portanto, às famílias dessa elite de Minas desfrutarem dos privilégios concedidos aos sócios do clube, escolhidos em reuniões apreciadas pela diretoria. Cabia a elas também obedecer ao comando de um Vargas, o Ernesto, que presidiu o clube até 1942.

Enquanto Gustavo Capanema se tornou ministro da Educação e da Saúde de Vargas após a intervenção getulista por Benedito até o fim do Estado Novo; os Melo Franco, o pai

ministro e o filho, rompem com o poder do Rio de Janeiro e retornam para o Partido Republicano Mineiro (PRM). A atenção, após a escolha de Vargas e a assimilação pelas elites, voltou-se para a Constituinte Federal presidida por Antonio Carlos e para a eleição dos deputados federais e dos constituintes estaduais. O primeiro ato da Constituinte Mineira foi escolher indiretamente o novo governador de Minas — no caso, Valadares —, que confirmou o poder do governador estadual na escolha do prefeito da capital, Otacílio Negrão de Lima.

Advogado e jornalista com trabalhos publicados nos mais diversos periódicos de Belo Horizonte, Virgílio Alvim de Melo Franco criou, com seu irmão, o jornalista Afonso Arinos de Melo Franco (sobrinho) (1905–1990), após a não escolha por Vargas para ser governador mineiro, em 1934, a “Folha de Minas”. Um dos principais jornais da cidade nos anos 1930 e 1940, o jornal teve sua primeira edição em 14 de outubro de 1934, após a fundação da Sociedade Anônima Folha de Minas, exatos três meses antes. Ironicamente, Afonso havia dirigido os Diários Associados em Minas, a convite de Assis Chateaubriand (1892–1968), que o havia iniciado no jornalismo dez anos antes, para defender a postulação do irmão ao cargo de interventor de Minas Gerais. Em contraposição, Benedito passou a privilegiar o *Estado de Minas* — fundado inicialmente por Pedro Aleixo (1901–1975), que seria vice-presidente da República entre 1967 e 1969, e depois incorporado aos Associados de Chateaubriand — no repasse de informações e entrevistas exclusivas (Antunes, 1995) até o estabelecimento do controle pela facção pró-Palácio, nos anos seguintes, no próprio *Folha de Minas* (Werneck, 1992).

Antunes (1995), em seu estudo sobre os idealizadores da imprensa em Belo Horizonte na transição dos anos 1920 para os 1930, discorreu sobre esse conjunto de pessoas que chama de *homens de imprensa*. Composto de literatos, políticos, advogados, que convergem em torno do jornalismo para buscar outro modo de fazê-lo na cidade, com opinião e informação, menos burocrático que o oficial Minas Gerais. Os projetos jornalísticos se reuniam em volta da figura de seu fundador e dos membros da redação. As redes de sociabilidade às quais esses pertenciam, como as políticas, estariam relacionadas, de certo modo, aos empreendimentos jornalísticos, mas:

elas se circunscrevem a atividades extra-cobertura jornalística. O jornal pode ter na figura de um político ou agrupamento referência para sua atuação e

cobertura do mundo da política, mas não deverá estabelecer nenhum grau de subordinação e constituirá padrões e regras de atuação autônomas a essa atividade (Antunes, 1995, p. 75).

Em sua *palavra inicial*, os diretores do *Folha de Minas* destacaram a *superioridade colossal* dos aparatos técnicos e jornalísticos em relação aos concorrentes. “Mas além disto, Folha de Minas não transige, não se avulta, não se opõe a serviço de ninguém, nem de nenhum partido ou facção. Apenas a de ideias altas, de causas justas, de interesses puros” (Linhares, 1995, p. 320). Provavelmente, esses interesses puros são os de seus líderes, mas não foram o bastante para o compilador de jornais Joaquim Nabuco Linhares, em 1947, que não hesitou em classificá-lo como um “órgão oficioso, refletindo o pensamento político dos governos que se sucedem” (Linhares, 1995, p. 320). Teve, segundo o autor, durante mais de dois anos, o suplemento “Folha de Minas Infantil”. Entre suas “modernidades” também esteve, apesar das poucas edições, o “Folha de Minas Esportiva”, em 1949, primeiro esportivo de publicação diária da cidade, o que corroborou para Linhares defini-lo como um dos mais legítimos representantes da imprensa moderna. “Jornal *moderno*, tudo publica. Seções várias e múltiplas, todas cuidadas e selecionadas. Noticiário amplo e perfeito sob todos os aspectos. Minucioso e sem espalhafato” (Linhares, 1995, p. 320, grifo nosso).

A experiência descrita por Linhares com a “Folha de Minas” compõe o que Antunes disse sobre “a experiência da cidade aparece como a lógica das novas práticas jornalísticas” (Antunes, 1995, p. 126). Em uma cidade que dizia se modernizar constantemente, a imprensa e a emergência de novos jornais, de novos redatores intelectuais, contribuíam para uma socialização daquela cidade que muitos não conseguiam sentir como pertencentes a si próprios. “Fazer imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30 seria, por um lado, a possibilidade de alcançar ares cosmopolitas e, por outro lado, a reconstituição de alguma sorte de senso comunitário” (Antunes, 1995, p. 125), explicou o autor, diante do voluntarismo que consistia a prática da atividade pelos intelectuais e estudantes. Esses eram quase todos de outras cidades que chegaram à capital para estudar, ter visibilidade e se projetar para um público leitor mais amplo. A sobrevivência deles era garantida, muitas vezes, nos casos

daqueles com relações profícuas, por algum emprego em repartição pública mesmo antes do fim do curso universitário.

É dessa época, por exemplo, a criação por Fernando Pierucetti (1910–2004), o Mangabeira, dos mascotes de animais para as equipes de futebol que disputavam o campeonato da cidade nas páginas do *Folha de Minas*: o Coelho para o América, o Galo para o Atlético, a Raposa para o Cruzeiro e o Tigre para o Sete de Setembro. “Ficam mais claras as distinções entre os gêneros e rubricas jornalísticas e multiplicam-se os espaços dedicados a diferentes formas de abordagem dos acontecimentos esportivos” (Silva, 2014, p. 140), aspecto que ficaria evidente poucos anos depois, na vindoura inserção dos mascotes no circuito mercadológico e cultural pela audiência das marchinhas de Carnaval, produzidas novamente e não por acaso também por um nome da imprensa e da política: Rômulo Paes (1918–1982). Vide as marchinhas *Meu coelhinho* (1957), em parceria com Anníbal Fernandes Filho, ou *Cruzeiro Duro* (1961), em parceria com Adolfo Gusmão — ambas interpretadas por Flávio Alencar — e *Galinho Carijó* com Ivo Jorge, interpretada por Dircinha Batista (1922–1999).

A intenção era fazer com que o jornalismo deixasse de ser tanto opinativo para funcionar de forma mais *moderna*, enquanto o seu desenvolvimento era marcado pelo provincianismo cada vez mais evidente pelos imigrantes, o operariado e, desconfiadamente, por esses homens de imprensa. Se estes se mantinham, muitas vezes, pelos salários dos cargos que recebiam por trabalharem em repartições públicas, isso não era motivo para deixarem de criticar a subordinação do jornalismo praticado por eles às diretrizes das correntes políticas.

Nossos protagonistas, em nenhum instante de seu discurso, negarão estas relações estabelecidas entre o fazer da imprensa e a atividade política. Sua enunciação será mesmo fundamental para justificar o aparecimento de jornais ou as mudanças nos diários de Belo Horizonte no período em foco. A interface imprensa/política, todavia, aparecerá em suas falas não mais como uma condição natural, e sim um problema a ser equacionado. Sempre reivindicando condições ou exigindo requisitos que assegurem a combinação adequada das duas atividades, os “homens de imprensa” expressam uma preocupação latente com as relações do campo político e o espaço do jornalismo diário na capital (Antunes, 1995, p. 57-58, grifo no original).

A reivindicação deles era produzir jornalismo para os burocratas que compunham a cidade. Era preciso relatar acontecimentos a fim de almejar um número maior de exemplares vendidos para um público mais ampliado, em uma cidade, como reclamavam, que não gerava notícias o bastante para isso. Para o dito jornalismo moderno, que aqui pretendia se impor desde o final dos anos 1920, era necessário “acompanhar e descrever para os habitantes da cidade novas condições de vida material e de representação, marcadas pela contingência e fragmentação dos contatos sociais” (Antunes, 1995, p. 111). Crônicas policiais, cinema, carnaval e, claro, o futebol são os destaques do noticiário na tentativa dos homens de imprensa de Belo Horizonte de “reeducação dos sentidos do cidadão” (Antunes, 1995, p. 115) diante de uma cidade com alterações socioeconômicas. E, dessa forma, permitir outras formas de sociabilidade que tivessem constantemente a mediação do impresso.

Essas características faziam da cidade local propício para a renovação da imprensa, como a incrementada pela *Folha de Minas*. De acordo com esses próprios homens, existia a dúvida sobre a possibilidade de BH fazer valer toda a modernidade cosmopolita pretendida. Antunes (1995) conta que, já nas edições iniciais do *Folha de Minas*, para ampliar a força entre os outros periódicos diários da cidade, o jornal dedicava uma página somente com informações dirigidas a bairros específicos, o que abria espaço para pequenos anúncios dos leitores dessas regiões, que funcionavam como receita financeira. Fora espaço para os aliados da corrente política e a fidelização de outro tipo de leitor, mais marcado pelo operariado e pelos representantes do comércio, os quais, apesar de terem renda financeira superior aos intelectuais de classe média, tinham menos prestígio social. O que, como alertado anteriormente, foi se modificando nos anos sob o comando de Vargas. Nessa imprensa voltada para formar as conversações do cotidiano da população que ocupava as diferentes regiões em expansão da BH então provinciana e cosmopolita, o futebol teve seu destaque ampliado a ponto de as organizações jornalísticas afixarem placas na porta de suas redações para informarem os resultados, que chegavam por linha telefônica, das partidas dos clubes em outras cidades.

Considerações finais

O exercício proposto nas páginas anteriores está longe de um olhar descompromissado sobre Belo Horizonte. Herdeira de uma modernidade que está sempre a porvir, a capital mineira se potencializa desde seu início por seguir simultaneamente assombrada pelas sombras de seus passados (Starling, 2002) e de seus futuros, ambos determinados a sempre serem refeitos e reconstruídos. No período aqui analisado, o jornalismo em BH era “resultado de um processo de construção de uma identidade social por parte da intelectualidade” (Antunes, 1995, p. 53) e, por isso, entendido como uma extensão da política institucional.

Então, quais seriam os percursos dos espaços de futebol e dos sujeitos jornalísticos no momento de seu meio século de existência, em meados dos anos 1940? Além da criação, em 1939, da citada Associação dos Cronistas Esportivos de Belo Horizonte, revelando a presença do jornalismo sobre esportes, que ganharia sua maior expressão na década seguinte, outro indicativo sobre a força das atividades jornalísticas foi a criação da Associação Mineira dos Jornalistas Profissionais em 1943. Precursora do Sindicato dos Jornalistas (1945), recebeu Maria de Lourdes Boechat Cunha como a primeira mulher registrada profissionalmente como jornalista na capital mineira, precisamente uma redatora do *Folha de Minas* (Silva, 2021).

No que tange aos espaços de prática esportiva de BH, alguns estádios são reformados nos anos 1940, como o da Alameda, um é construído (o Estádio Independência), e outro é arquitetado, mas não executado, caso do estádio do Atlético na região da Pampulha (Souza; Paula, 2024). Em poucos anos, aliás, o Alameda, do América, já não será mais tão moderno quanto o Independência, pois este será construído não só para o clube Sete de Setembro, mas também para ser palco da Copa do Mundo FIFA 1950. Todavia, pouco mais de uma década depois, ele seria ultrapassado diante da necessidade de outro estádio ainda mais moderno: o Estádio Governador Magalhães Pinto (que passou a ser conhecido como Mineirão), inaugurado em setembro de 1965. E, voltando ao Atlético, não por acaso o termo esteve presente nos discursos que anunciavam a chegada do mais novo estádio da capital — e do clube: a Arena MRV, a “mais moderna e tecnológica da América do Sul” (Mineiro, 2020 *apud* Souza, 2023, p. 33, grifo nosso).

Aliás, o anúncio das modernas reformas do Alameda dos anos 1940 aparece na capa da publicação do clube *América — A Voz dos Americanos*, em que um de seus mais diletos ex-

jogadores e dirigentes anuncia o projeto. Trata-se do próprio prefeito Otacílio Negrão de Lima, eleito precisamente em 1947, quando a capital completou meio século de existência. No ano seguinte, o prefeito liberou, em forma de crédito, nove milhões de cruzeiros para os principais clubes de futebol da cidade: América, Cruzeiro, Atlético e Sete de Setembro, além de cinco milhões para a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) precisamente para que Belo Horizonte fosse uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 1950 (Souza, 2023).

Otacílio, que antecedeu e sucedeu Juscelino Kubitschek (JK) na prefeitura da capital, é o nome que passou a batizar a avenida que contorna a Lagoa da Pampulha (até 1968 era Avenida Presidente Getúlio Vargas), marco máximo da modernidade belorizontina — cujo represamento realizado no primeiro mandato (1935–1938) de Otacílio teve sua barragem rompida em 1956 e quase criou uma tragédia — aliás, pouco comentada na imprensa da época e atual. A gestão JK havia capitaneado esse processo da modernidade da Pampulha em meados dos anos 1940. O plano tanto acalentou na capital uma modernidade futura (concretizada, e que em escala nacional, com suas diferenças, seria fruto Brasília) como também organizou e redefiniu o passado do Curral d'el Rei com a criação do Museu Histórico Abílio Barreto — que dá nome ao jornalista, escritor e historiador responsável pelo trabalho — que se instala justamente em construção de fazenda remanescente do período no novo bairro planejado da cidade, o Cidade Jardim.

De forma benjaminiana, buscamos narrar e organizar, no contrapelo da história e através do recorte de uma historicidade da imprensa mineira, esse *flâneur* por fragmentos desta *modernidade* que conformam as tensões aqui evidenciadas nas relações entre o jornalismo e o futebol na capital mineira entre 1920 e 1940, com ecos ainda quase centenários. A modernidade desconfiada de Belo Horizonte assim se dispõe historicamente, espremida em meio à cidade real e às cidades imaginadas. Capital que nasce, desde seu início, pretensiosamente vanguardista, mas, enredada pelas tradições das vozes de Minas (Carvalho, 2005), segue em seu processo de desconfiada modernização.

Referências

Dossiê **Modernismos no Brasil: textualidades e travessias**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 28, n. 3, 2025

DOI: 10.29146/eco-ps.v28i3.28569

ALMG, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *As constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*, 333p., 1989.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Enquanto os mineiros jogavam*. In: Carlos Drummond de Andrade. *Quando é dia de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.14-15.

ANTUNES, Elton. *Um jornal no meio do caminho, os arquitetos da imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30*. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia da (Dissertação, Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 1995. 135f.

BARBOSA, Marialva. *O presente como tempo histórico nos estudos de comunicação: proposições historiográficas ou de historicidades?* In: EMERIM, Cárlida et. al. *Comunicação e a historicidade das crises na história da mídia no sul do Brasil*. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2021. p. 30-46.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: editora UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BOMENY, Helena. *O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, v., p. 137-166.

CARVALHO, José Murilo. *Ouro, terra e ferro: vozes de minas*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, v. , 2005. p. 55-78.

CHACHAM, Vera. *A memória dos lugares em um tempo de demolições: a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte das décadas de 30 e 40*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia. Belo Horizonte, 1994, 257 f.

COTA, Leide Mara da Conceição. *Rádio, educação e formação da identidade nacional: um estudo da Rádio Inconfidência de Minas Gerais (1936-1945)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 221f. Belo Horizonte, 2016.

DIAS, Fernando Correa. *Projeto Intelectual e Político*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

HORTA, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. In: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte. Universidade de Minas Gerais, p. 43 -91, 1956.

JÁCOME, Phellipy; VIEIRA, Ítala Maduell. *O lado B do jornalismo brasileiro - como os cadernos culturais entram na história*. Contracampo. Niterói, v. 37, n.03, dez/2018-mar/2019.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. *Era uma vez um grande: o mito da decante aristocracia americana*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2020, 319f.

LEAL, Bruno Souza. *Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação*. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane. (Org.). *Textualidades Midiáticas*. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2018, v. 1, p. 17-34.

LEAL, Bruno Souza. *Introdução às narrativas jornalísticas*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2022. v. 1. 143p.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p. 43-582.

MINEIRO, Clube Atlético. *Arena MRV*. Disponível em: <https://atletico.com.br/paginas/arena-mrv-2>. Acesso em: 18 jan. 2022

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro, INL, 1966.

PEREIRA, Josemeire Alves. *Para além do Horizonte Planejado: Racismo e Produção do Espaço em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*, 250 f., 2019, Tese de Doutorado em História, UNICAMP, Campinas.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório do prefeito 1926-1927*, p. 215, Imprensa Oficial, 1927. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1926-1927-Christiano-Monteiro-Machado.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

RIBEIRO, Raphael Rajão. *A várzea e a metrópole: futebol amador, transformação urbana e a política local em Belo Horizonte (1947-1989)*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, 492f, Rio de Janeiro, 2021.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)*. In: *Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006*. Belo Horizonte, 2013.

SCHUFFNER, Luciana Silva. *O Minas Tênis Clube e o Estado Novo: moldando corpo e mente da juventude de Belo Horizonte (1935-1945)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 177p., Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Entre o jornalismo e as artes*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 1, p. 132-147, 2014.

SILVA, Mauro Luiz. *Largo do Rosário: do arraial dos pretos à cidade dos brancos*. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2024.

SILVA, Izamara Barbosa. *Representações e imaginários na produção discursiva de jornalistas – intelectuais mineiros (1932-1964)*. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/48210>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SOUZA, Ives Teixeira. *Campos invisíveis: a Paraopeba como a avenida do futebol na Belo Horizonte dos anos 1920*. *Revista eletrônica do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte*, v.7, p. 151-170, 2020.

SOUZA, Ives Teixeira. *O dinheiro do Otacílio: Futebol, política e jornalismo em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM UFMG, 152 p., 2023.

SOUZA, Ives Teixeira; PAULA, Luísa Almeida de. *O estádio do Atlético Mineiro na Pampulha: a mineiridade de Gregoriano Canedo nos anos 1940*. Patrimônio e Memória, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 276–297, 2024. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/2851>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOUZA NETO, Georgino Jorge. *A invenção do torcer em Belo Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1804-1930)*. Dissertação (Mestrado em Estudo do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

SOUZA NETO, Georgino Jorge. *Do Prado ao Mineirão: a história dos estádios na capital inventada*. Tese. (Doutorado em Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Fantasmas da Cidade Moderna*. In: Margens/Márgenes. Buenos Aires, Belo Horizonte, v. 1, 2002. p. 66-75.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Ives Teixeira Souza - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Doutorando, mestre e bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e em Relações Públicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: ives@ufmg.br

Nísio Teixeira - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. É integrante do Grupo de Pesquisa Escutas. Atualmente, leciona disciplinas e desenvolve pesquisas na área do rádio, da música e do jornalismo cultural, campo em que atuou profissionalmente, sobretudo entre os anos de 1988 e 2010.

E-mail: nisiotei@ufmg.br